

URB NOV



CPV

16 OUT 1992

Serviço de Documentação

SINAL

Ano 2 - Nº 7 - Agosto / Setembro - BOLETIM INFORMATIVO DO SINAL / SISTEMA DE INFORMAÇÕES A NÍVEL LOCAL



A MÁSCARA CAI

A mensagem das ruas



Editorial

Em quem Votar?

O Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL) é uma organização não-governamental, entidade civil, sem fins lucrativos e de natureza supra-partidária. Tem como objetivo principal assessorar os grupos e organizações populares, como também profissionais interessados, através de um banco de dados sobre as condições de vida da população da Leopoldina. Para poder fazer isso, o CEPEL produz o boletim informativo SINAL (Sistema de Informações de Nível Local), oferece pequenos cursos e promove debates sobre assuntos que julgam do interesse da população, ou que são sugeridos por ela.

Assim, embora os seus membros possam estar filiados a partidos políticos e apoiando candidatos à prefeitura ou a vereador, o CEPEL não fala em nome de nenhum partido político. Mas o fato de não apoiar nenhum partido político, não significa que não tenha posição firmadas sobre a política e sobre as eleições de 1992.

Neste sentido, embora o CEPEL não apóie nenhum candidato, levanta algumas questões que podem ajudar a escolher os candidatos que efetivamente venham a contribuir com a região da Leopoldina. O CEPEL sugere que seus leitores votem em candidatos cujas plataformas incluam os seguintes pontos:

1. Vote num candidato que acredita que a organização da população em associações de moradores, sindicatos, partidos políticos e organizações não-governamentais é o principal instrumento de pressão sobre a prefeitura para que ofereça serviços de quantidade e de qualidade à população da cidade.

Nesse sentido é importante que o candidato assuma publicamente o seu

partido. Já percebeu quantos candidatos fazem plásticos e folhetos, sem a sigla do partido que estão filiados ou sem o candidato (a) à Prefeitura que apóiam? Já notou quantos candidatos dizem na televisão, "se eu for eleito, então eu vou fazer isso ou aquilo". Será que uma pessoa pode fazer tanto, ou é uma tarefa coletiva?

2. Vote num candidato que propõe, juntamente com essas organizações populares, obter as informações que o poder público (escolas públicas, centros municipais de saúde, CEDAE, COMLURB etc) possui sobre os serviços básicos. Esses dados são de domínio público e permitem que a população possa se organizar melhor e até opinar junto às autoridades como devem ser melhorados os serviços.

3. Vote num candidato que propõe reivindicar juntamente com essas organizações: mais e melhores serviços, que propõe acompanhar o seu planejamento, avaliar sua execução e fiscalizar seu funcionamento.

Lembre-se se seu candidato (a) for eleito a prefeito (a), vai ser necessário continuar a pressão popular, pois assim você vai ajudá-lo (a) a resistir a outras pressões para não melhorar os serviços na Leopoldina e gastar o dinheiro público na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

4. Vote num candidato que propõe para Leopoldina:

- Fornecimento de água de qualidade para todas as casas da Leopoldina, inclusive nas favelas, 24 horas por dia;
- Esgoto sanitário para todas as casas, inclusive nas favelas

Não anule seu voto. Nem vote em branco!

Débora Pires Garcia



na Leopoldina;

- Recuperação física de todas as escolas públicas da região da Leopoldina; não basta a construção de mais CIEPs.

- Turno único, ou no máximo dois turnos por dia, em cada escola pública;

- Segurança pública na Leopoldina da mesma forma que já existe na Zona Sul da cidade.

Eleger os vereadores e o prefeito (a) é contribuir para a construção daquilo que se chama "democracia representativa". Se, de um lado, é importante ter bons representantes na Câmara dos Vereadores para votar projetos do interesse da população trabalhadora, e um prefeito (a) que também vai procurar administrar a cidade em nome da maioria, de outro lado, é necessário ter claro que a "democracia representativa" não é suficiente para garantir as mudanças que farão do Rio de Janeiro uma cidade voltada para os interesses da população. É necessário também a

"democracia direta", isto é, a pressão popular das organizações populares sobre as autoridades para garantir que implementem políticas que favoreçam os trabalhadores.

NÃO ANULE SEU VOTO, NEM VOTE EM BRANCO. Muita gente quer votar em branco ou anular seu voto porque não está satisfeito com o tipo de político que está na prefeitura e na Câmara dos Vereadores. Essas pessoas, no fundo, estão querendo mudanças. Se não fosse assim, estariam votando em qualquer candidato. Se, de um lado, o

desejo de votar em branco ou anular o voto pode ser justificado pelos muitos políticos ruins que temos, de outro lado, não leva em conta que **NEM TODOS** os políticos são ruins e corruptos. Votar em branco ou anular o voto é justamente dar força para aqueles que não gostamos e acabamos não apoiando os bons que podem somar forças conosco.

Boas eleições, feliz 1993.

Expediente Comissão Editorial

Cristina (Kita) Eitler
Débora Pires Garcia
Eduardo Stotz
Ernani A. da Conceição
Fernando de Souza
Luiza de Marilac Gomes
Mariângela de Carvalho

Mauro de Lima Gomes
Mônica de Assis
Victor Vincent Valla
Colaboradores
Carla Moura Pereira
Carlos Dimas M. Ribeiro
Heloisa Maria V. Moraes

Mara da Silva Rosa
Maria Alice P. de Carvalho
Rosely Magalhães de Oliveira
Sônia Maria Chadud

Datilografia
Maria de Lourdes Ferreira

Composição:
Seop - Serviço de Educação e Organização Popular-Rua Carlos Gomes, 180-Petrópolis-(0242)43-9227.

Papo das Seis/92

Os dois "PAPO DAS SEIS" que foram realizados nos meses de julho e agosto trataram das questões da água nas favelas e condições físicas e operacionais das escolas públicas da Leopoldina. Justamente porque o CEPEL desenvolve duas pesquisas sobre estes assuntos, é que foi decidido convidar técnicos da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), Programa de Favelas da CEDAE (PROFACE) e dos Distritos Educacionais (DECs) da Leopoldina (5º e 7º) para debater os graves problemas de água e escolas que a região enfrenta.

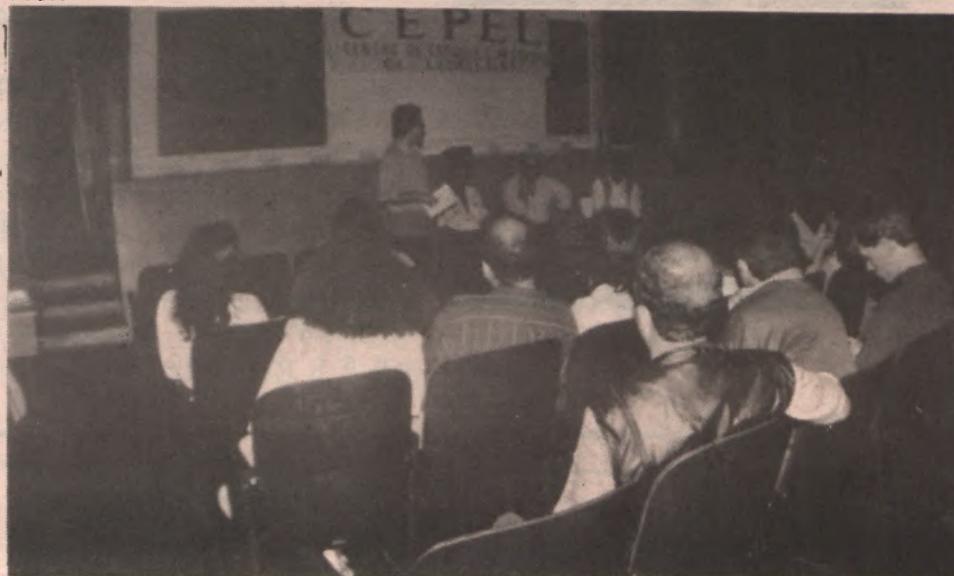
Lamentavelmente, apenas o técnico do PROFACE compareceu e debateu os problemas da água com as lideranças e moradores da região.

Já que as lideranças e moradores das favelas da Leopoldina têm mais conhecimento sobre os problemas de água e esgoto, mas também porque o CEPEL vem se dedicando a este assunto há mais tempo, não foi necessário apresentar um diagnóstico do problema. Vários números do SINAL vêm colocando os vários problemas da distribuição de água tanto quanto a precária situação do esgotamento sanitário nas favelas da Leopoldina. Neste sentido o debate entre as

lideranças com o técnico do PROFACE e do CEPEL foi sobre o que seria necessário para resolver os problemas. O que talvez foi mais interessante do debate do dia 20 de julho foi o grande acúmulo de informações e experiência apresentados pelas lideranças da região, seja em torno dos diâmetros dos canos, volume de água ou até das conseqüências da falta de manutenção pela CEDAE daquelas áreas onde o abastecimento é regular.

Como encaminhamento do debate, foi formada uma Comissão de Água da Leopoldina, e posteriormente, a partir de reuniões para discussão, decidiu encaminhar uma carta à direção da CEDAE pedindo o encontro para discutir a superação dos problemas da região. Em-

Arquivo CEPEL



Foi formada uma Comissão de Água da Leopoldina após o debate

bora a carta tenha sido entregue e protocolada, até agora a CEDAE

não entrou em contato com a Comissão.

Arquivo CEPEL



A gravidade da situação das escolas causou espanto aos presentes

Para o debate sobre as condições das escolas públicas, foi necessário uma apresentação dos resultados da investigação desenvolvida por várias professoras das escolas da região. Para muitos moradores da região, mesmo os pais cujos filhos estudam nelas, a discussão da escola pública se resume ao número de escolas existentes e se há vagas para seus filhos. A dificuldade em garantir uma vaga

para seus filhos freqüentemente faz com que os pais estejam contentes quando há vagas suficientes. Mas essa mesma satisfação acaba escondendo uma outra realidade da escola pública que poucos conhecem, a não ser os próprios estudantes e professores.

Por essas razões, para todos os presentes no dia 24 de agosto, a exposição sobre as condições de nossas escolas públicas causou muita surpresa, pois poucos tiveram noção

da gravidade das condições físicas e pedagógicas em que nossos filhos estão estudando.

A partir deste número do SINAL, serão apresentados sucessivamente os resultados da investigação sobre a distribuição de água, estado de esgoto sanitário e qualidade da coleta de lixo nas favelas da Leopoldina.

É animadora para o CEPEL a notícia da Folha de São Paulo de que as Secretarias de Educação, tanto do Estado quanto do Município de São Paulo, encaminharam investigações semelhantes a do CEPEL sobre as escolas de São Paulo. No entender do CEPEL, as perguntas que foram dirigidas às diretoras e professoras das escolas estudadas poderiam ser feitas por qualquer pai ou mãe cujos filhos estudam nestas escolas. Pensamos, aliás, que é dever da população ter conhecimento sobre as condições em que seus filhos passam cinco ou seis horas por dia. Como, certa-

mente é do interesse da população ter clareza sobre a qualidade da água que bebe, como são tratados seus dejetos e o que é feito com seu lixo.

Todos lamentaram a ausência do técnico da CEDAE como também das duas diretoras do DECs, pois como servidores públicos, muito poderiam ter contribuído para o debate de como superar esses problemas.

No mesmo espírito, o CEPEL já prepara para o mês de outubro o Papo das Seis com os vereadores eleitos na região da Leopoldina, no intuito de entender de que forma eles, já eleitos, pretendem encaminhar, propor soluções e colaborar, encontrando soluções para estes graves problemas.

NOTA:

No mês de setembro não haverá o Papo das Seis pois o CEPEL entende que os moradores da região de uma forma ou de outra se encontram envolvidos nas campanhas políticas, seja para prefeitura seja para vereadores.



Como estão as nossas escolas?

A pesquisa que vem sendo realizada pelo CEPEL e um grupo de professores e pais de alunos das escolas públicas da região da Leopoldina sobre o funcionamento das escolas

municipais em diversos bairros da região tem como proposta levantar dados que permitem traçar um perfil do real funcionamento dessas escolas.

A pesquisa foi realizada por amostragem numa proporção de 30% do total de escolas do 5º e 7º DECs (94 escolas). Os dados coletados serão divulgados neste e nos próximos números de "Se Liga no SINAL".

Num primeiro momento nos deteremos apenas no que podemos chamar de "condições físicas dos prédios", ou seja a "idade" do prédio, por quantas reformas passou, número total e por turno de alunos, capacidade do refeitório, quantidade de vasos sanitários, pias e bebedouros (de água filtrada e gelada). Consideramos importante essa discussão porque em geral quando se fala em "educação" as promessas

se dão no sentido de "construir novos prédios" pouco se falando da manutenção dos que já existem. Neste artigo pinçamos algumas escolas para dar esses exemplos.

Mas para poder entender melhor o porquê desses dados é importante ter claro que: os dados relativos às escolas públicas (ou qualquer outro setor público) são dados públicos, isto é, qualquer pai de aluno

tem direito de saber em que condições se encontra a escola que seu filho frequenta.

Por exemplo, se uma escola tem 1566 alunos em dois turnos com uma média de 700 alunos por turno e só tem 8 vasos sanitários e 6 pias, podemos imaginar como seria complicado se a maioria dos alunos quiserem ir ao banheiro no intervalo das aulas. E mais ainda se sabemos que como hábito de higiene, as crianças aprendem na própria escola que é importante lavar as mãos depois de ir ao banheiro.

O mesmo princípio podemos aplicar em relação ao refeitório que nesse caso tem capacidade para apenas 80 alunos. Quanto tempo dispõe essas crianças para se alimentar se a escola deve atender à maioria dos alunos? E em que condições se dá o trabalho das merendeiras para que elas possam atender à demanda?

Afora isso, as próprias condições do prédio. A maioria não tem manutenção adequada e quando ela acontece geralmente é feita pela comunidade coordenada pela direção da escola.

Podemos perceber que as construções recentes são mais frágeis pelo número de reformas que passaram. Qual o critério para as reformas? Se muitas vezes colégios com reformas recentes apresentaram problemas, como saber a

quantidade do material utilizado? Quem fiscaliza essas reformas?

Essas são algumas questões que os pesquisadores acreditam que devem ser discutidas por toda a sociedade. Entende-se porém que para que isso aconteça é necessário que esses dados sejam de domínio público. É essa a intenção da pesquisa.

O CEPEL tem disponível o resultado dos

primeiros dados obtidos na pesquisa, para consulta.

Se você tem algo a acrescentar, dados que possam contribuir com a pesquisa, envie para o SINAL (estamos nesse número abrindo uma sessão de cartas). É importante a participação para que se possa entender que tipo de tratamento é dado às crianças que deveriam passar pelo menos 8 anos de sua vida na escola.

RAMOS



- Escola com mais de 50 anos de construção
- Atende de 1ª à 8ª séries
- Sofreu duas reformas (84 e 87) e apresenta problemas no telhado
- Total de alunos: 1975 em 3 turnos - média de 600 alunos por turno
- Capacidade do refeitório - 40 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 6
- Quantidade de pias em uso - 6
- Não possui pátio nem quadra

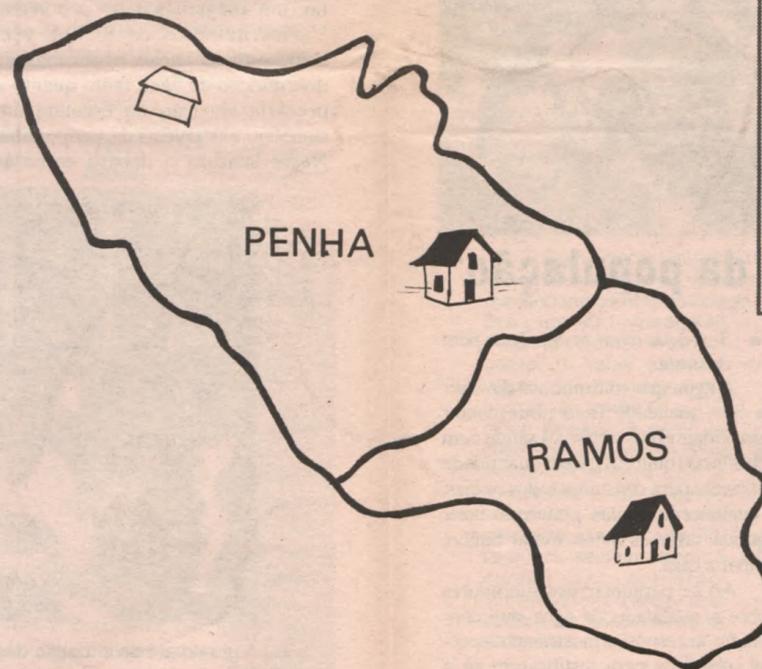
OLARIA

- Escola com 50 anos de construção
- Atende de CA à 8ª séries
- Passou por uma reforma (76) e apresenta problemas nas instalações elétricas e hidráulicas
- Total de alunos: 779 em 2 turnos - média de 350 alunos por turno
- Capacidade do refeitório: 30 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 5
- Quantidade de pias em uso - 5
- Número de bebedouros - 8 de água filtrada e 2 de água gelada

MANGUINHOS



- Escola com 30 anos de construção
- Atende de CA à 4ª séries
- Passou por uma reforma (70). Está em situação precaríssima, sofreu várias inundações
- Total de alunos: 295 em 2 turnos - média por turno: 140 alunos
- Capacidade do refeitório - 40 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 7
- Quantidade de pias em uso - 1
- Número de bebedouros - 1 de água filtrada e 1 de água gelada
- Não possui pátio nem quadra



PENHA



- Escola com mais de 20 anos de construção
- Atende de 1ª à 8ª séries
- Passou por uma reforma (84) e se encontra em situação razoável
- Total de alunos: 1049 em 3 turnos - média de 340 alunos por turno
- Capacidade do refeitório - 80 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 8
- Quantidade de pias em uso - 2
- Quantidade de bebedouros - 3 de água filtrada e 1 de água gelada

BONSUCCESSO

- Escola com 15 anos de construção
- Atende de 1ª à 8ª séries
- Passou por duas reformas (81 e 89) e não apresenta problemas
- Total de alunos: 1566 em 2 turnos - média de 700 alunos por turno
- Capacidade do refeitório - 80 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 8
- Quantidade de pias em uso - 6
- Número de bebedouros - 3 de água filtrada e 1 de água gelada com defeito

NOVA HOLANDA



- Escola com menos de 10 anos de construção
- Atende de 2ª à 4ª séries
- Passou por duas reformas (90 e 91)
- Manutenção da Rio Cap
- Total de alunos: 559 em 2 turnos - média de 270 alunos por turno
- Capacidade do refeitório - 100 alunos
- Quantidade de vasos sanitários em uso - 24
- Quantidade de pias em uso - 24
- Número de bebedouros de água - 6 de água filtrada e 1 de água gelada

A Mensagem das Ruas

A praça é do povo como o céu é do condor, diz a canção. E novamente, depois de três anos de silêncio e de aquietação, de recolhimento na dura luta pela sobrevivência de cada um, o povo volta à praça, isto é, ocupar o espaço da cidade, cujo o termo coincide outra vez com cidadania.

Milhões de pessoas, em todos os recantos do país, manifestaram-se pelo fim da impunidade. Mobilização de estudantes, donas de casa, jovens e velhos, profundamente indignados com o desafio lançado por Fernando Collor de Mello, o presidente que se colocou à margem e acima das leis.

Um movimento que começou com manifestações de cientistas reunidos no Congresso da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em São Paulo, da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros e a instauração de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pelo Congresso Nacional para apurar denúncias de corrupção envolvendo a figura do Presidente da República. Um movimento que teve a contribuição decisiva de pessoas tidas como serviçais das quais dificilmente se poderia esperar um gesto de rebeldia. O que assistimos? Um motorista e uma secretária, deixando de lado sua condição social e seu dever de lealdade aos patrões, colocaram-se, para surpresa e ódio destes últimos, como pessoas LIVRES, como cidadãos, denunciando o conluio de representantes eleitos pelo povo com a máfia que assaltava os cofres do Tesouro Nacional em meio a uma situação de penúria da população.

Sabemos que a desigualdade social e a opressão de classes continua e se aprofunda em nossa sociedade. Mas, apesar disso, nascemos livres,

temos capacidade de elaborar nosso próprio pensamento e de manifestá-lo publicamente. Assim, qualquer sujeição da vontade à condição ou status social passa a ser uma indignidade, um atentado à liberdade de cada um. O exemplo daquelas pessoas simples que ousaram desafiar "os donos do poder" repercutiu fundo na consciência popular, aparentemente adormecida.

A aparência logo se desfez aos gritos de: Renúncia! e Impedimento! E somam-se às vozes que desejam mudar o rumo da política econômica, para superar a recessão, a fome, o desemprego, a concentração da renda.

A população foi e voltará às ruas. A roda da história começa a girar, talvez no sentido desejado pela maioria. Quem sabe? Saberá quem lutar.



Paulo Castiglioni Lara

"O silêncio do Estado pode custar muito para a saúde da população"

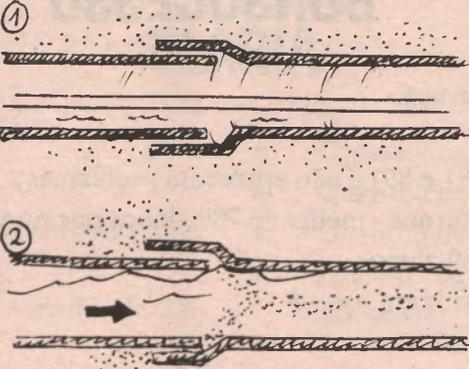
O CEPEL vem realizando uma pesquisa nos complexos de favelas da Penha e Maré sobre as condições dos serviços de saneamento básico nestas comunidades, que inclui avaliação da situação de abastecimento de água, esgoto e lixo.

Neste número do "SINAL", estamos divulgando alguns dados sobre água nas favelas da Penha que demonstram uma realidade diferente das informações oficiais. Oportunamente estaremos aprofundando outras informações obtidas através da pesquisa.

Na região da Penha, mais exatamente no Parque Proletário e na Vila Cruzeiro, observamos que a maior parte dos domicílios pesquisados está ligada à rede geral de abastecimento de água; entretanto, **quase a metade destes domicílios recebe água somente uma vez por semana.**

Quanto ao armazenamento de água, um número de domicílios possui caixa d'água elevada com capacidade,

O retorno da água, cria um movimento de sucção nas juntas, puxando as impurezas do terreno



em sua maioria, de 1000 a 3000 litros, porém se uma grande parte dos domicílios pesquisados não recebem água diariamente, fica fácil imaginar que estes reservatórios permanecem vazios a maior parte do tempo, dificultando ainda mais a vida dos moradores quando há falta d'água. Quando isto acontece, a população se vê obrigada a utilizar fontes alternativas de abastecimento, como por exemplo: água de poço - que em área urbana não tem uso recomendado -- contar com a

solidariedade dos vizinhos e eventuais armazenamentos de água em recipientes como bacias e latas.

Imaginem a vida de uma família que se desdobra entre a luta diária pela sobrevivência, tendo que tirar tempo de sua hora de convívio familiar e descanso para carregar água.

O sistema de abastecimento de água é integrado. Os domicílios que recebem água diariamente - e são poucos! - estão com os canos cheios, oferecendo maior segurança à água a ser consumida.

Agora veja o que acontece com o sistema que só recebe água uma vez por semana (na pesquisa somam quase a metade):

- 1- A água pára de circular. O cano seca.
- 2- A água volta a circular com o retorno do abastecimento. Se houver rachaduras ou má conservação das juntas, ocorrerá um movimento de sucção, para dentro do cano, das impurezas existentes no terreno.
- 3- A água torna-se imprópria para consumo.

A água que consumimos deve ser de boa qualidade (não pode conter microorganismos nocivos à saúde nem substâncias químicas) e em quantidade suficiente para consumo: todos os dias, a qualquer hora para podermos fazer comida, lavar as mãos, tomar banho, limpar a casa.

Ao se perguntar aos moradores sobre a qualidade da água que consomem, as respostas mostravam aspectos subjetivos para justificarem se a água é boa ou não. É clara a necessidade da população ser corretamente informada à respeito da qualidade da água pela CEDAE; somente com essas informações é que os moradores poderão reivindicar pelos serviços básicos, pressionando o governo para que este cumpra suas funções. Proporcionar condições dignas de saneamento básico é tarefa do governo e são essas condições que aumentam a esperança de vida da população.

Entrevista

José Maria Cruz, uma vida de luta pela cidadania

"...posteriormente veio a poluição por produtos químicos."

A história de nosso país vem sendo feita cada vez mais, desde o final da ditadura militar, em 1985, por homens e mulheres saídos do povo, por pessoas que até então viviam no anonimato. Cada qual tem seu valor e sua importância dentro das circunstâncias, em tempo e espaço. Para quem mora no bairro da Penha, o nome de JOSÉ MARIA CRUZ, "seu" Cruz, não soará estranho se lembrarmos a luta contra a poluição do Cortume Carioca e pela preservação da "Fazendinha". Foi um dos fundadores e primeiro presidente do CEPEL. Poucos conhecem, no entanto, a história de vida e de luta desse filho das classes trabalhadoras que não larga seu bonezinho e aproveita qualquer oportunidade para lançar uma chispa anti-clerical em meio a um sorriso maroto.

José Maria Cruz nasceu no bairro da Gamboa, no dia 6 de fevereiro de 1912. Filho de portugueses, perdeu cedo o pai. Mas teve a oportunidade de acompanhá-lo nas feiras por onde vendiam queijos. O trabalho foi uma imposição para a família numerosa que a mãe precisava sustentar. "Seu" Cruz fez muitas coisas: ainda menino, entregava roupa lavada pela mãe; trabalhou numa fábrica de espelhos, em uma companhia de seguros, e tipografia, em oficina de chapéus, de serralheria, quase sempre em atividades de escritório. E isso apesar de ter o primário incompleto. Participante do sindicato dos gráficos desde 1937, militante do Partido Comunista Brasileiro em 1947, veio a ser morador do Conjunto Habitacional do IAPI da Penha no ano de 1949. Desse ano em diante começa o trabalho de alfabetização de adultos.

Seu" Cruz, como é que era esse curso?

- Nós convocávamos os alunos, fazíamos uma turma pequena e seguíamos o método que havia naquela ocasião, que era do Ministério da Educação (o Anísio Teixeira foi um dos que trabalharam muito nesse sentido). Esses cursos eram dados nas favelas. Até que, no início de 1950, nós tomamos conhecimento de uma campanha que havia sido fundada no Recife, em 1943, a "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos". Com mais dois amigos daqui nós conseguimos então fundar o Colégio França Júnior.

- Colégio, como assim?

- O Colégio França Júnior era um estabelecimento de ensino médio, gratuito que funcionava à noite no Colégio Eurico Dutra, que nós temos aqui no nosso conjunto. À noite, como as salas estavam vagas, nós tínhamos duas turmas de admissão e um curso ginásial. A partir de 1956 nós diversificamos as nossas atividades com a instalação do curso científico... Nós tínhamos, em média, quinhentos e trinta alunos, sem considerar o curso de admissão. Tínhamos vinte e três professores e três funcionários na secretaria.

- Se tudo isso era gratuito, quem é que bancava os professores?

- Havia por parte da comunidade uma contribuição espontânea. Nós pagávamos o nível salarial dos direitos sociais daquela época. Ao lado, nós tínhamos um Grêmio Recreativo. Um salão de mil metros quadrados. Era o Grêmio Recreativo Esportivo e Educativo dos Industriários da Penha (o GREIPE), do qual eu também fui um dos fundadores. Nós tínhamos um teatro, um jardim de infância com duzentos e cinquenta alunos, uma biblioteca e um cinema que funcionava todas as quartas-

feiras. Nós dávamos bailes cuja renda era em favor do ginásio. Tínhamos muitas atividades no GREIPE com a participação de alunos.

- "Seu" Cruz, conta-nos um pouco sobre a história da Associação de Moradores. Como é que era isso?

- A partir de 1977, 1978 surgiram as Associações de Moradores. Esse movimento começou pela zona oeste e se prolongou por todo o município. Hoje temos a FAMERJ, a FAFERJ. Nós ingressamos aqui em 1979 e, em 1981, estávamos com a nossa Associação formada, a Associação dos Moradores e Amigos da Penha. Ela começou na ocasião, na defesa da Fazendinha, uma área que nós temos aqui bem próxima de nós. Em 1980 estavam pondo à venda toda a área verde. Nós nos opusemos àquilo porque é a única área verde que temos aqui. Ali tem mais de três mil árvores. O movimento se acelerou na luta pela preservação da área... Nós voltamos para a Câmara dos Vereadores e, felizmente, lá, obtivemos uma vitória muito boa... Mas o prefeito vetou. Não conseguimos anular o voto. Mesmo assim, ele assinou um decreto dando como "preservação ambiental". Posteriormente, reformulou esse decreto, es-

tabelecendo que na área não se poderia fazer, nem parcialmente nem em sua totalidade, qualquer espécie de construção. Depois, a Associação tomou um aspecto diferente, agora já voltada para o problema da poluição. É que nós tínhamos aqui nessa área o Cortume Carioca, uma empresa de capital suíço, que começou com a indústria de comércio de couro em 1920 mas, após o planejamento urbano feito pelo prefeito Marcos Tamoio, em 1976, o Cortume achou-se no direito de instalar aqui uma indústria química, subsidiária da STHAL norte-americana. A partir daí ficou muito ruim. Se antes nós

Arquivo CEPEL



tínhamos o cheirinho próprio da indústria daquele trabalho de curtimento das peles, posteriormente veio a poluição por produtos químicos: acrilato de etila, cromo e outros produtos que não conheço. A coisa ficou muito ruim. Estávamos atingidos nos brônquios, na pele. Principalmente aqueles que viviam próximos do Cortume. Porém a coisa se limitava a pequenas queixas nos jornais. Em maio de 1985 foi o clímax. Houve um deramamento de acrilato de etila que atingiu aqui até o Méier. Eu possuo documentos aí da Defesa Civil de quando eles vieram atender nossa reclamação. No relato eles dizem que quando chegaram na Praça da Bandeira já começaram a sentir o cheiro, na Avenida Brasil com mais intensidade e quando chegaram na Penha então disseram que era muito forte mesmo. E isso às duas horas da manhã.

- E qual foi a atuação da Associação de Moradores?

- Então, a partir daí, começamos a fazer um levantamento em todos os órgãos que estavam de certa forma ligados à defesa do meio ambiente: CEDAE, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental), Secretaria Municipal de Defesa do Ambiente... Depois fizemos um levantamento sobre a saúde da população e o produto químico. Na parte médica, fizemos com o diretor do Posto de Assistência Médica do INAMPS, para averiguar a incidência das doenças gastro-intestinais, dos brônquios, fígado etc... Independente disso, nós coletamos com os membros da comunidade uma série de dados pessoais e nos foi dado, inclusive, receitas médicas. Fomos procurar saber o que era acrilato de etila... Quer dizer, nós fizemos um trabalho muito bom envolvendo os órgãos em defesa do meio ambiente. Conseguimos fazer um debate com os engenheiros da FEEMA. Um debate onde estavam os representantes do Sindicato dos Engenheiros Químicos do Rio de Janeiro, que passaram a nos assessorar. Então, nós

levamos toda essa gama de material para o Secretário de Obras do Meio Ambiente. Quando ele viu nosso material disse que tinha condições de intervir no Cortume e foi o que aconteceu, em setembro de 1985. O Cortume ficou fechado durante quatro dias. Isso pesou muito no conceito da empresa. Afinal, é uma empresa suíça. O comportamento deles lá é diferente. Então o embaixador da Suíça, através do cônsul do Rio de Janeiro, tomou posição. E o Secretário de Obras e Meio Ambiente achou por bem que fosse constituída uma comissão representativa da Associação de Moradores, do Sindicato dos Químicos e do Sindicato dos Funcionários do Couro, da empresa. Era presidida por um representante da FEEMA. Nós nos reuníamos todas as quintas-feiras para debater cronogramas e a evolução do trabalho para fazer a relocação para o distrito industrial de Santa Cruz.

- "Seu" Cruz, como é que o senhor vê a importância dessa luta de vocês?

- Nós já tínhamos tido uma luta pela defesa ecológica em nome da Fazendinha. Depois, pela poluição do Cortume Carioca. É a movimentação da comunidade em defesa de sua própria saúde. É como se nós estivéssemos inseridos num trabalho junto aos médicos em defesa de nossa saúde aqui na comunidade.

No dia 26/06/90, o Jornal Última Hora publicou a notícia do fechamento definitivo da Divisão Química do Cortume Carioca. Dois anos depois, o grupo multinacional encerra definitivamente as atividades de sua subsidiária no bairro da Penha, leiloando a área de 80.000 m² onde estão as edificações da fábrica de curtimento de couro (O Globo 04/08/92 "Cortume Carioca leilão imóvel de US\$30 milhões"). A retirada do local está prevista para 1994.

"Fora salário mínimo, máximo de fome!"



Você sabia que quando os trabalhadores forem receber o novo salário mínimo de CR\$ 522 mil, a cesta básica mensal para uma família de quatro pessoas, contendo produtos de alimentação, higiene e limpeza, já custará CR\$ 634 mil?

Que o mínimo mal vai dar para comer enquanto a Constituição Federal (lei máxima do país) diz que:

"Artigo 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - Salários Mínimos fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

O salário mínimo necessário para cobrir as despesas com alimentação, educação, moradia e lazer de dois adultos e uma criança deveria ser, em setembro, de CR\$ 2,07 milhões.

Cálculos do DIEESE

Fonte: O GLOBO: 29/08/92.

Fique por dentro

Pausa para Avaliação

No número anterior, anunciamos na matéria "SAÚDE SE CONTA Nº 2", que faríamos entrevistas com profissionais de saúde para saber sobre a situação do sarampo na A.P.3.1. Na

verdade, estamos discutindo internamente sobre a melhor forma de apresentarmos os dados (e que dados apresentar) com relação à incidência de doenças e à capacidade de atendimento dos serviços.

"Usina de lixo e linha vermelha aumentam a poluição na área"

Nós, do Conjunto Esperança, estamos revoltados com o descaso que nos impõem as autoridades. Além do aumento de poluição com a construção da Linha Vermelha, hoje somos obrigados a conviver com o terrível mau cheiro da usina de reciclagem de lixo do Cajú. Não estamos conseguindo nos alimentar direito por causa do terrível odor podre vindo da usina. Nossas crianças já estão ficando doentes. Os adultos sentem constantes ânsias de vômitos e diversas complicações. Esperamos urgentes providências da COMLURB para acabar com esse incômodo para a população do Conjunto Esperança e comunidades vizinhas.

Agamenom de Almeida, presidente do Conselho Comunitário C.S. Ramos, Rio".
O Globo: 05/09/92.

A QUALIDADE DO AR

A previsão de que com a Linha Vermelha a poluição diminuiria em Bonsucesso e no trecho da Avenida Brasil entre a saída da Ilha do Governador e o Cajú não se confirmou. Os sensores da FEEMA, instalados à beira da Avenida Brasil, em Bonsucesso, continua registrando índices três vezes maiores que o limite máximo tolerável à saúde. É neste local que está fora de operação, por falta de ar refrigerado, a estação automática doada pelo governo japonês há mais de dois anos, avaliada em US\$ 300 mil. A estação é a única do Rio capaz de medir os principais poluentes encontrados na atmosfera: monóxido de carbono, dióxido de enxofre, ozônio, entre outros. Ela também registra dados meteorológicos.

ATENÇÃO

AOS LEITORES DO SINAL

Estamos neste número abrindo uma seção para correspondência dos leitores. É um espaço para que você possa também contribuir com informações, reclamações, idéias, denúncias, artigos, enfim com o que lhe parecer ser do interesse da população.

Mande sua carta para RUA URANOS, 1496 - SALA 401 - OLARIA - RIO DE JANEIRO - CEP. 21.060-070, com seu nome, endereço e telefone para que possamos entrar em contato.

Nem só com pílula e ligadura se evita gravidez



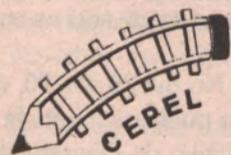
Desde o ano passado, estão sendo implantados nos postos de saúde da rede municipal os serviços de contracepção.

Isso significa que as mulheres que desejam evitar a gravidez terão agora a possibilidade de optar entre os métodos contraceptivos existentes e ter acesso gratuito a eles. Além da pílula os serviços terão para oferecer o DIU, o diafragma, a "camisinha", os espermaticidas e os métodos naturais.

Na A.P.3.1, os Centros Municipais de Saúde que oferecem esses serviços são:

- CMS XX NECKER PINTO
Estrada Rio-Jequié nº 428
Ilha do Governador
Tel. 396.5602
 - CMS X AMÉRICO VELOSO
Rua Gérson Ferreira
Praia de Ramos
Tel. 280.0547
 - CMS XI JOSÉ PARANHOS FONTENELLE
Rua Leopoldina Rego nº 700
Penha
Tel. 590.3892
- CONTRACEPÇÃO: Um direito das mulheres!**

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DA LEOPOLDINA CEPEL



Rua Uranos, 1.496/sala 401

Tel.: 590-1998

Olaria

CEP: 21.060 - Rio de Janeiro-RJ

IMPRESSO